

SONHOS DE CONSUMO: quando a ausência de alfabetização financeira dificulta a possibilidade de mudança social

Gisele Zaquini Lopes Faria 1

Thais Silva da Cunha Farina 2

Leonardo Fortuna de Souza Campos 3

RESUMO

O sistema econômico no qual a sociedade está inserida, visa, como objetivo central, a acumulação de capital, com isso, um de seus principais produtos é a resultante desigualdade social. Objetivando a manutenção deste sistema, historicamente desenhou-se um imaginário social que enaltece o consumo desenfreado. Neste contexto, a educação se apresenta como meio imprescindível para instrumentalizar pessoas, almejando uma vivência em sociedade mais consciente. Este artigo pretende apresentar resultados de pesquisa feita com alunos dos cursos de educação financeira e orçamento familiar, ofertado pelo Procon de Juiz de Fora, com objetivo de identificar qual a importância da educação financeira, nos primeiros anos de escolaridade dos cursistas, para a inclusão ou exclusão financeira dos participantes. A coleta de dados se deu por meio de análise do perfil dos cursistas do ano de 2023 e em questionário aplicado aos alunos que frequentaram as atividades voltadas para a educação financeira, ofertadas pelo Procon no primeiro semestre do ano de 2024. O trabalho buscou responder às seguintes perguntas: existe relação entre a educação financeira e a mudança de comportamentos e atitudes financeiras? Em que medida a ausência de educação financeira, nos primeiros anos de escolaridade, pode ter influenciado em escolhas pouco acertadas na vida financeira? Qual o perfil das pessoas com maiores e menores conhecimentos financeiros? Quais os sonhos de consumo mais comuns às pessoas com menor informação financeira? A análise das informações se dará por meio de autores como Ferrada, Akaki, Soto e Ortiz, que estudaram a influência da educação financeira no México e Chile como fator de inclusão. Os principais achados apontam que a busca pelas formações na área financeira é geralmente de mulheres, entre 41 e 59 anos, chefes de família, que se desorganizaram financeiramente pela falta de conhecimento sobre como lidar com suas receitas e despesas.

Palavras-chave: Alfabetização financeira, pobreza, consumo, organização financeira, inclusão social

INTRODUÇÃO

No ano de 2021 foi promulgada a Lei n.º 14.181, DE 1º de julho de 2021, que alterou a Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e a Lei n.º 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para aperfeiçoar a disciplina do crédito ao consumidor e dispor sobre a prevenção e o tratamento do superendividamento. Tal legislação, tem como objetivo a proteção do consumidor, parte vulnerável nas relações de consumo, dos assédios do mercado consumerista e

1 Doutoranda em Educação pela Universidade Nacional de Rosario, Argentina, gazlopeszaquini@gmail.com;

2 Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, cunhafarina@gmail.com;

3 Pós Graduado pelo Curso de MBA em Private Banking e Finanças do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais, leofortunapjf@gmail.com.

financeiro, bem como proporcionar a possibilidade de repactuação, em bloco, de dívidas contraídas por motivos variados, tais como desemprego, crédito irresponsável, altas taxas de juros, poucas oportunidades de educação financeira e mudanças inesperadas na organização familiar.

Desta forma, questões como endividamento, superendividamento, educação financeira, consumo consciente e mínimo existencial passaram a ser enfatizadas no dia a dia dos Procons pelo país.

A atualização do Código de Defesa do Consumidor, por meio da Lei 14.181/2021 e Decreto nº 11.567/2023, que passou a regulamentar a preservação e o não comprometimento do mínimo existencial para fins de prevenção, tratamento e conciliação de situações de superendividamento em dívidas de consumo, tornaram possível intervenção mais eficaz, por parte dos órgãos de defesa do consumidor, nas relações voltadas para o enfrentamento das situações de endividamento e superendividamento vivenciadas pelos consumidores brasileiros.

No entanto, o dia a dia das ações de prevenção e tratamento das situações de endividamento e superendividamento revelaram a importância da alfabetização financeira como forma de potencializar os consumidores a ter uma relação mais saudável com suas receitas e despesas, visto que o sistema econômico no qual a sociedade brasileira está inserida, visa, como objetivo central, a acumulação de capital, com isso, um de seus principais produtos é a resultante desigualdade social. Objetivando a manutenção deste sistema, historicamente desenhou-se um imaginário social que enaltece o consumo desenfreado. Neste contexto, a educação se apresenta como meio imprescindível para instrumentalizar pessoas, almejando uma vivência em sociedade mais consciente e crítica.

Este artigo pretende apresentar resultados de pesquisa feita com alunos dos cursos de educação financeira e orçamento familiar, ofertados pelo Procon de Juiz de Fora, com objetivo de identificar qual a importância da educação financeira, nos primeiros anos de escolaridade dos cursistas, para a inclusão ou exclusão financeira dos participantes e a análise das informações se deu por meio de autores como Ferrada, Akaki, Soto e Ortiz, que estudaram a influência da educação financeira no México e Chile como possível fator de inclusão social e entendimento do mercado de consumo e financeiro.

1 Doutoranda em Educação pela Universidade Nacional de Rosario, Argentina, gazlopeszaquini@gmail.com;

2 Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, cunhafarina@gmail.com;

3 Pós Graduado pelo Curso de MBA em Private Banking e Finanças do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais, leofortunapjf@gmail.com.

METODOLOGIA

O trabalho envolveu pesquisa bibliográfica a partir de busca em sites de artigos científicos como Scielo, REMEF - Revista Mexicana de Economía Y Finanzas, REXE - Revista de Estudios y Experiencias en Educación. Os artigos selecionados foram utilizados como referência para a análise dos dados obtidos em pesquisas aplicadas a alunos dos cursos ofertados pelo Procon e consumidores da cidade de Juiz de Fora.

Além da pesquisa teórica, foram aplicados questionários aos alunos dos cursos de educação financeira e orçamento familiar, ofertados pelo Procon de Juiz de Fora, com objetivo de identificar qual a importância da educação financeira, nos primeiros anos de escolaridade dos cursistas, para a inclusão ou exclusão financeira dos participantes.

A coleta de dados também se deu por meio de análise do perfil dos cursistas do ano de 2024 e em questionário aplicado aos alunos que frequentaram as atividades voltadas para a educação financeira, ofertadas pelo Procon no primeiro semestre do ano de 2024, além de dados coletados em pesquisa, envolvendo os moradores da cidade de Juiz de Fora que buscou identificar a situação de endividamento e inadimplência do consumidor da cidade de Juiz de Fora.

O trabalho buscou responder às seguintes perguntas: existe relação entre a educação financeira e a mudança de comportamentos e atitudes financeiras? Em que medida a ausência de educação financeira, nos primeiros anos de escolaridade, pode ter influenciado em escolhas pouco acertadas na vida financeira? Qual o perfil das pessoas com maiores e menores conhecimentos financeiros? Quais os sonhos de consumo mais comuns às pessoas com menor informação financeira?

REFERENCIAL TEÓRICO

Para análise do material coletado, por meio das pesquisas com os alunos da EDCEF, participantes das ações de educação do Procon e Pesquisa sobre endividamento e inadimplência, selecionamos três artigos voltados para as questões de alfabetização financeira, inclusão financeira, mercado financeiro, desenvolvimento econômico e pobreza. Importante destacar que os artigos selecionados são pertencentes a países hispanohablantes, tal como Chile e México, visto que estes apresentam estudos com público que se aproxima à realidade de dificuldade social e econômica da população brasileira.

1 Doutoranda em Educação pela Universidade Nacional de Rosario, Argentina, gazlopeszaquini@gmail.com;

2 Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, cunhafarina@gmail.com;

3 Pós Graduado pelo Curso de MBA em Private Banking e Finanças do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais, leofortunapjf@gmail.com.

No que se refere à alfabetização financeira, Ferrada e Montaña destacam ter observado que os níveis de alfabetização e conhecimentos na área de economia e financeira são mais altos entre homens adultos. Identificaram que decisões financeiras pouco acertadas estão relacionadas ao pouco domínio de ferramentas básicas como cálculos numéricos simples, desconhecimento de conceitos financeiros como juros simples e compostos. Também chamam a atenção para o aumento da quantidade de produtos financeiros que vêm sendo ofertados aos consumidores, complexidade do sistema financeiro, o que, em muitas situações dificulta o entendimento de seu funcionamento a seus usuários. Identificaram que mulheres e jovens são públicos com menos educação financeira, bem como pessoas com menor nível de escolaridade e mais suscetíveis a utilizar cartões de crédito. Em relação às questões de gênero, foi observado, que o nível de alfabetização financeira é maior entre os homens com maior renda, na faixa etária entre 25 e 54 anos. Importante constatação é a de que o maior nível de educação financeira foi observado entre pessoas de maior escolaridade, renda e com mais acesso aos serviços financeiros. Segundo as autoras:

“A baixa educação financeira é uma questão que devemos abordar urgente devido ao impacto na tomada de decisões de quem participa de um mercado financeiro cada vez mais complexo. Os resultados obtidos mostram que os alunos dos níveis técnicos profissionais não são exceção, pelo que é necessário intervir neste segmento da população para adquirir competências em gestão de dinheiro e conhecimento de produtos e serviços financeiros e suas entidades.”(p. 140).

Desta forma, como apresentado acima, Ferrada e Montaña nos chamam a atenção para as diferenças de acesso a conhecimentos financeiros existentes entre os gêneros, faixas etárias e diferentes níveis sociais.

Mendoza e Corona focam na relevância de uma educação financeira integral voltada para o ensino de conhecimentos que sejam capazes de mudar comportamentos e atitudes financeiras. Enfatizam que a alfabetização financeira é capaz de ofertar um conjunto de conhecimentos, formas de comportar e atitudes que possibilitam aos educandos as ferramentas para a tomada de decisões financeiras com a possibilidade de garantir qualidade de vida, sendo foco dos estudos dos autores a relação entre a inclusão e a alfabetização financeira. Para os autores existem diferentes maneiras de medir a inclusão financeira, entre elas destacam o acesso, o uso e a qualidade dos serviços recebidos, bem como a capacidade para lidar com o sistema financeiro de forma

1 Doutoranda em Educação pela Universidade Nacional de Rosario, Argentina, gazlopeszaquini@gmail.com;

2 Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, cunhafarina@gmail.com;

3 Pós Graduado pelo Curso de MBA em Private Banking e Finanças do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais, leofortunapjf@gmail.com.

prudente. Destacam que a alfabetização financeira é possível de ser medida a partir de algumas perguntas que possibilitem medir conhecimentos, formas de comportar e atitudes importantes para a tomada de decisões financeiras. Destacam como conhecimentos relevantes a capacidade de uma pessoa entender sobre o que seja inflação, juros simples, juros compostos, conhecimento sobre o funcionamento do mercado financeiro, cálculos básicos de divisão, conceito de risco e rendimento, ganho e perda do poder aquisitivo, gerenciar riscos, comportamentos financeiros comuns quando uma pessoa tem acesso a recursos financeiros, planejamento financeiro e estabelecimento de metas, hábito de economizar. Concluem que: pessoas com maior alfabetismo financeiro possuem maiores condições de aumentar suas riquezas, possuir conhecimentos matemáticos e tem relação positiva com melhores comportamentos, conhecimentos e atitudes financeiras, a idade, estado civil, escolaridade, número de dependentes e faixa de renda estabelecem relação positiva com o nível de alfabetização, bem como a relevância de investir em estratégias de alfabetização financeira para mulheres, visto que foi observado que as mulheres apresentam menores níveis de conhecimento financeiro de uma forma geral.

Já os autores Akaki e Soto, no processo de analisar a relação entre a inclusão financeira e sua relação com a pobreza em municípios mexicanos, identificaram uma considerável relação entre ambas. Importante esclarecer o que se entende por inclusão financeira, para isso estabeleceram alguns indicadores que poderão ser observados, tais como os consumidores se relacionam com contas bancárias, como fazem economias, como se relacionam com o crédito e como entendem e usam seguros. Destacam que o governo do México buscou implementar estratégias para ampliar a inclusão financeira do povo mexicano, tendo estabelecido que a “a inclusão financeira compreende o acesso e uso de serviços financeiro por meio de uma regulação que garanta estratégias de proteção do consumidor e promova a educação financeira para melhorar a capacidade financeira de todos os segmentos da população” in Akaki e Soto, 2017, Diário Oficial da Federação, 2011. No entanto, se observou que a maioria dos adultos não economiza, pois seus recursos são insuficientes, também não utilizam seguros, porque são muito caros, a maioria dos adultos não utiliza agências bancárias, porque não possuem contas ou cartões de crédito e ainda que muitas pessoas moram em locais

1 Doutoranda em Educação pela Universidade Nacional de Rosario, Argentina, gazlopeszaquini@gmail.com;

2 Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, cunhafarina@gmail.com;

3 Pós Graduado pelo Curso de MBA em Private Banking e Finanças do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais, leofortunapjf@gmail.com.

distantes e com custo alto para ter acesso às agências bancárias. No que se refere ao uso do crédito, muitos adultos acabam não recorrendo ao crédito formal e buscam por ajuda de familiares.

Logo, os autores observam que a inclusão financeira tem relação com uso e acesso ao sistema financeiro, mas também se relaciona com os territórios. Portanto, o uso de instrumentos financeiros, para os autores, não possuem relação de grande relevância com a redução da pobreza, mas possibilitam o entendimento acerca do funcionamento do sistema financeiro e, conhecer as estratégias utilizadas pelo sistema, pode auxiliar no processo de organização das receitas e despesas e ser importante meio para a prevenção de endividamento e superendividamento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No ano de 2024 o Procon ofertou sete turmas do curso de educação financeira e orçamento familiar. Participaram da formação, até o mês de **setembro** do referido ano, 146 pessoas, sendo 105 mulheres e 41 homens. O perfil observado foi de 28,5% dos alunos entre 30-39 anos, seguidos por 25,3% dos alunos que possuem entre 20-29 anos. Destacando assim uma procura por um grupo jovem e teoricamente ativo no mercado de trabalho/economicamente ativo. As mulheres se destacam na busca pelo curso, representando 75,5% dos alunos inscritos no curso. No que se refere à escolaridade, 45,59% dos alunos completaram a etapa básica de educação, 3,4% da amostra completou através do ensino médio técnico. 25,5% desses alunos completaram algum curso de graduação, e 12,3% possuem o ensino superior incompleto. Dentre as pessoas ativas no mercado de trabalho, os principais resultados apontam que 8,21% dos inscritos se autodeclararam profissionais autônomos, logo após a classe que mais se destaca são os professores (5,07%) e assistentes administrativos (4,83%). Observando as pessoas não atuantes profissionalmente, temos respectivamente: estudantes (7,97% - top 2), desempregados (4,83%) e aposentados (4,59%) - destacar que ainda sim estão presentes no mercado de consumo. Importante sinalizar que diversas profissões presentes na amostra, usualmente trabalham como Microempreendedor Individual -MEI, sendo 78,50% dos inscritos são atuantes no mercado de trabalho.

1 Doutoranda em Educação pela Universidade Nacional de Rosario, Argentina, gazlopeszaquini@gmail.com;

2 Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, cunhafarina@gmail.com;

3 Pós Graduado pelo Curso de MBA em Private Banking e Finanças do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais, leofortunapjf@gmail.com.

Ainda, no ano de 2024, a equipe do Procon de Juiz de Fora, por meio da Escola de Direito do Consumidor e Educação Financeira (EDCEF) e Observatório das Relações de Consumo do Procon-JF, elaborou duas pesquisas, abertas aos cidadãos da cidade e alunos dos cursos de educação financeira e orçamento familiar, ofertados pelo Procon, visando identificar o endividamento e inadimplência do consumidor de Juiz de Fora e ainda entender a relação entre a alfabetização financeira e as possibilidades de melhor utilização de recursos financeiros.

A pesquisa realizada pelo Procon de Juiz de Fora sobre Endividamento e Inadimplência do Consumidor recebeu 213 participações até o mês de setembro no ano de 2024 e a análise dos dados revelou que 37% dos entrevistados estão inadimplentes e que 73% possuíam dívidas a vencer no mês em que responderam a pesquisa, sendo sua maior parte com cartão de crédito, 68,6%, seguido de cheque especial 7,5%, empréstimos pessoal, 6,6%, e consignado 16%, e que apenas 19% não possuem dívidas a vencer. Além disso, 40% dizem não ter como pagar todas as dívidas que venceram dentro do mês. Então podemos concluir que boa parte dos entrevistados fazem uso de produtos financeiros, como cheque especial, cartão de crédito e empréstimos pessoal e consignado, porém não sabem utilizar esses produtos de forma eficiente, uma vez que a sua utilização acarretou em seu endividamento, pois 36% se consideram muito ou mais ou menos endividado e 23,5% se consideram pouco endividado, e desse total 40% possuem dívidas superiores a um ano para quitação.

Quanto ao perfil dos participantes da pesquisa, em sua maioria, possuem idade entre 18 a 40 anos, sendo 76% do número total de entrevistados é composto por mulheres, o que faz relação direta com a observação de Ferrada e Montaña, que destacaram que mulheres e jovens estão entre os que possuem menor nível de alfabetização financeira, impactando assim em suas decisões e contribuindo para o endividamento.

A segunda pesquisa realizada pelo Procon de Juiz de Fora, aplicada no primeiro e segundo semestre de 2024, foi sobre Alfabetização e Inclusão Financeira, com o objetivo de compreender o nível de conhecimento sobre finanças e organização do orçamento familiar que os participantes possuem. Até o mês de setembro do ano de 2024, 46 pessoas haviam respondido ao questionário. A pesquisa levou em consideração

1 Doutoranda em Educação pela Universidade Nacional de Rosario, Argentina, gazlopeszaquini@gmail.com;

2 Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, cunhafarina@gmail.com;

3 Pós Graduado pelo Curso de MBA em Private Banking e Finanças do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais, leofortunapjf@gmail.com.

o que Mendoza e Corona alegam ser importante para compreender o nível de alfabetização financeira de uma pessoa.

A pesquisa revelou que apesar de 41.3% dos entrevistados responderem que fazem algum tipo de planejamento de seus recursos por escrito, apenas 15,2% sempre seguem o que foi planejado. Não obstante, 52.2% dos entrevistados alegam que o dinheiro que recebem no mês não é suficiente para pagar todas as contas, fato esse que apresenta relação com a temática deste artigo, pois mostra que o baixo conhecimento ou utilização de ferramentas de controle orçamentário impactam negativamente na vida das famílias.

Levando em consideração o impacto do pouco conhecimento financeiro, a pesquisa revelou que a maior parte dos entrevistados não possui conhecimento sobre aspectos básicos financeiros, como por exemplo: quando perguntado se a conta salário possui custos associados, 39.1% dos entrevistados responderam que a conta salário possui custos associados e 23,9% dizem não saber. Questão sobre taxa de juros, 19,6% disseram não saber qual o valor anual da taxa cobrada por um banco, levando em conta a cobrança de juros simples de 2% ao mês. Ainda quando perguntado sobre investimentos em ações, 59% afirmaram não saber como funciona a compra de ações na bolsa de valores, e 70% dos entrevistados afirmam que em caso de quebra de um banco todo o dinheiro depositado é perdido. Dessa forma, é possível percebermos que boa parte das pessoas não possuem conhecimentos básicos sobre questões financeiras o que dificulta a possibilidade de acumular capital e conseqüentemente ter uma relação saudável com os recursos financeiros.

A dificuldade de planejar e seguir o que foi proposto poderá ter reflexos no futuro das pessoas entrevistadas, pois, quando questionadas sobre aposentadoria, 48,5% dizem contar com o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), enquanto 24,2% dizem não ter nenhum tipo de planejamento para esta fase da vida. E quando questionados se sabem quanto precisam ter para uma aposentadoria saudável, mais de 80% disseram não saber e não terem pensado nisso. E mesmo assim 88% entendem que o valor que receberão, em caso de aposentadoria, não será suficiente para o pagamento de suas contas. Dessa forma, podemos concluir que, possuir acesso a produtos financeiros não significa conhecimento sobre o funcionamento do sistema financeiro e, mesmo

1 Doutoranda em Educação pela Universidade Nacional de Rosario, Argentina, gazlopeszaquini@gmail.com;

2 Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, cunhafarina@gmail.com;

3 Pós Graduado pelo Curso de MBA em Private Banking e Finanças do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais, leofortunapjf@gmail.com.

possuindo algum conhecimento sobre ferramentas ou produtos financeiros, o impacto na mudança de comportamento financeiro das pessoas ainda é pequeno.

O referencial teórico utilizado no artigo, bem como as pesquisas realizadas pelo Procon de Juiz de Fora, mostra que, ter acesso a produtos financeiros e conhecer minimamente o funcionamento destes produtos não resolve o problema da dificuldade que, a maioria das pessoas possuem, para fazer sua organização financeira e adequar seu padrão de vida aos recursos financeiros a que têm acesso, na verdade ele agrava ou não altera em nada a realidade de pessoas com menor renda, visto que o acesso e uso de serviços financeiros sem o devido planejamento gera situações de endividamento e, em situações mais extremas, superendividamento e afastam muitas pessoas das relações de consumo, gerando exclusão social.

A análise dos dados reforça a importância de investimentos em alfabetização financeira e, em observação de oficiais brasileiros, como o Índice de Gini, que se trata de medição responsável pelo monitoramento da desigualdade social, que permite observar a ampliação ou a redução da desigualdade em uma determinada região. Dentro da métrica, quanto mais próximo a 0, menor é a desigualdade registrada e quanto mais próximo a 1, maior é a desigualdade da região sob análise. No ano passado, o índice registrava 0,476 para Minas Gerais, colocando o estado em uma posição ligeiramente superior ao 0,518 registrado no país. Se faz pertinente destacar que o índice registrado a nível nacional se manteve igual ao ano anterior, se destacando por ser o menor desde o princípio da série histórica que se iniciou em 2012. Insta salientar que o Brasil, comparativamente, ocupa uma posição de destaque tanto a nível continental quanto mundial no quesito desigualdade.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE apontam que a Taxa de Desocupação do país em 2023 era 7.8%, este número apresenta aparente recuo em 2024. Contudo, devemos nos atentar para os muitos trabalhadores que estão sob regime de trabalho informal no país, tal fato aponta uma diminuição na categoria 'ocupação de trabalho formal', o que sinaliza que este número pode ser ainda mais expressivo, o que pode interferir na ampliação das situações de desigualdade social e levar às pessoas a recorrerem ao crédito como complementação de renda para a manutenção do mínimo para sobreviver.

1 Doutoranda em Educação pela Universidade Nacional de Rosario, Argentina, gazlopeszaquini@gmail.com;

2 Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, cunhafarina@gmail.com;

3 Pós Graduado pelo Curso de MBA em Private Banking e Finanças do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais, leofortunapjf@gmail.com.

Dados do Programa de Tratamento ao Superendividamento do Procon de Juiz de Fora, referentes aos anos de 2023 e 2024, apontam que 68,98% dos consumidores inseridos no programa estão superendividados em razão de bancos e financeiras. No endividamento essas pessoas representam 73,32%.

Por outro prisma, segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, o Brasil está entre os países significativamente abaixo da média no que se refere ao letramento financeiro. O PISA apontou em todas as edições, cujas quais o Brasil participou, que para 87% dos alunos participantes, a maior fonte de conhecimento sobre economia e finanças são os pais. Faz-se pertinente destacar que estes pais compõem a mesma geração de adultos que possuem conhecimentos precários sobre como lidar com suas finanças pessoais, um indicador que dá corpo a esta afirmação é o Estudo Internacional sobre Alfabetização Financeira em Adultos (International Survey of Adult Financial Literacy), promovido em 2023 pela mesma instituição, neste estudo vemos que apenas 26% dos adultos participantes conseguiram responder de 5 a 7 questões do formulário aplicado. Assim, estes estudantes podem ficar à mercê dos conhecimentos prévios adquiridos por esses pais, determinando a profundidade e amplitude do repertório ao qual esses adolescentes possuem acesso.

O próprio PISA aponta os resultados deste fenômeno ao registrar que apenas 2% dos alunos participantes possuem nível 5 em letramento financeiro, gerando um expressivo contraste quando colocado paralelamente à média de 11% da OECD, em consonância o exame demonstra que 45% dos alunos estão no nível 1 ou abaixo dele, enquanto a média apresentada pela OECD para esse recorte é de 18%.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos perceber que deve-se priorizar a educação financeira desde a mais tenra idade, logo nos anos iniciais de escolarização, para que os jovens possuam condições de tomar decisões mais assertivas com relação a sua vida financeira e em seu relacionamento com o mercado de consumo. Tais conhecimentos promovem um repertório mais consistente e estruturado para a tomada de decisões, evitando, consequentemente, quadros de endividamento e superendividamento.

1 Doutoranda em Educação pela Universidade Nacional de Rosario, Argentina, gazlopeszaquini@gmail.com;

2 Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, cunhafarina@gmail.com;

3 Pós Graduado pelo Curso de MBA em Private Banking e Finanças do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais, leofortunapjf@gmail.com.

Com os dados apresentados, podemos ver que este desconhecimento deságua em uma nítida influência na economia, alargando concentração de renda e fomentando a desigualdade social, concluindo, por consequência, a existência de uma forte ligação entre a alfabetização financeira e mobilidade socioeconômica.

Através deste estudo podemos verificar que a ausência de um adequado letramento econômico, fragiliza a existência dos sujeitos dentro do sistema capitalista, promovendo uma alienação adornada de ilusões, criando desejos de consumo que são compreendidos como necessidades. Impossibilitando esses sujeitos de reconhecer armadilhas de consumo, conceitos básicos de finanças e economia política.

Por fim, observa-se dois fatores complementares centrais. Primeiramente, a ineficácia e ilogicidade que recai em permitir que as instituições bancárias e comerciais cuidem da formação econômica da população, quando eles são os responsáveis pelas artimanhas que causam o endividamento desses sujeitos. E, mediante a esta premissa, a consequente responsabilidade do Estado em promover uma estrutura que garanta o acesso à tais conhecimentos para a população. Visto que, ao pensarmos na finalidade da Educação estipulada pela Lei de Diretrizes e Bases, em seu artigo segundo, compreendemos que, ao fim e ao cabo, trata-se de um direito social que deve ser assegurado.

REFERÊNCIAS

PEREZ AKAKI, Pablo; FONSECA SOTO, María del Rocío. Análisis espacial de la inclusión financiera y su relación con el nivel de pobreza en los municipios mexicanos. *Rev. mex. econ. finanz*, Ciudad de México, v. 12, n. 1, p. 43-62, marzo 2017. Disponible en http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1665-5346201700010043&lng=es&nrm=iso. accedido en 05 sept. 2024.

CUECUECHA MENDOZA, Alfredo; VASQUEZ CORONA, Arturo; MENESES ORTIZ, Patricia. ¿Existe un vínculo entre la inclusión y el alfabetismo financiero de mujeres?: Evidencia desde México. *Econ: teor. práct*, México, n. 57, p. 139-168, dic. 2022. Disponible en http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-33802022000200139&lng=es&nrm=iso. accedido en 05 sept. 2024. Epub 05-Sep-2022. <https://doi.org/10.24275/etypuam/ne/572022/cuecuecha>.

1 Doutoranda em Educação pela Universidade Nacional de Rosario, Argentina, gazlopeszaquini@gmail.com;

2 Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, cunhafarina@gmail.com;

3 Pós Graduado pelo Curso de MBA em Private Banking e Finanças do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais, leofortunapjf@gmail.com.

MONTANA, Virginia; FERRADA, Luz María. Alfabetización financiera: Un Desafío Pendiente en la Educación Técnica Superior. **Rev. estud. exp. educ.**, Concepción , v. 20, n. 44, p. 126-148, dic. 2021. Disponible en <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-51622021000300126&lng=es&nrm=iso>. Accedido en 05 sept. 2024. <http://dx.doi.org/10.21703/0718-5162.v20.n43.2021.008>.

BRASIL. Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção IE, p. 39-40. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 06 fev. 2020.

OECD, **PISA 2022 Results (Volume IV): How Financially Smart Are Students?**, PISA, OECD Publishing, Paris. 2024. Available on: <https://doi.org/10.1787/5a849c2a-en>. Access on: 06 fev. 2020.

OECD, **PISA 2018 Results (Volume IV): Are Students Smart about Money?**, PISA, OECD Publishing, Paris. 2020. Available on: <https://doi.org/10.1787/48ebd1ba-en>. Access on: 06 fev. 2020.

OECD, **OECD/INFE 2023 International Survey of Adult Financial Literacy**, OECD Business and Finance Policy Papers, No. 39, OECD Publishing, Paris. 2023. Available on: <https://doi.org/10.1787/56003a32-en>. Access on: 06 fev. 2020.

1 Doutoranda em Educação pela Universidade Nacional de Rosario, Argentina, gazlopeszaquini@gmail.com;

2 Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, cunhafarina@gmail.com;

3 Pós Graduado pelo Curso de MBA em Private Banking e Finanças do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais, leofortunapjf@gmail.com.